

Órgão Oficial de Divulgação da Associação dos Pesquisadores Científicos do Estado de São Paulo – APqC
Correspondência para: Caixa Postal 12997 – CEP 01000 – São Paulo, S.P.

Caro Colega:

Estamos apresentando o 1º número d' O Pesquisador Científico, órgão oficial de divulgação da Associação dos Pesquisadores Científicos do Estado de São Paulo (APqC), sob a responsabilidade do Centro de Debates da APqC, com o intuito de divulgar assuntos de interesse dos que labutam no campo da pesquisa científica, com especial ênfase àqueles referentes à carreira do Pesquisador Científico, criada pela Lei Complementar nº 125 de 18 de novembro de 1975.

Visamos a uma Associação numerosa e consolidada, que represente a pesquisa científica e tecnológica desenvolvida nos Institutos Oficiais do Estado de São Paulo. Para tanto pedimos a colaboração de todos, dentro dos princípios estatutários da APqC que proibem o envolvimento deste veículo de divulgação em quaisquer questões político-partidárias e ou religiosas, enviando-nos trabalhos, artigos e ou notícias.

Os artigos assinados são de responsabilidade dos autores, pelos outros, responde o Centro de Debates da APqC.

No desenvolvimento da plataforma de intenções a que se propôs, a atual DIRETORIA conseguiu audiência em:

- 05/02/80 – Com o Dr. Wadih Helu – Secretário da Administração;
- 07/03/80 – Com o Dr. Affonso Celso Pastore – Secretário da Fazenda;
- 12/03/80 – Com o Dr. Adib Domingos Jatene – Secretário da Saúde;
- 12/03/80 – Com o Dr. Osvaldo Palma – Secretário da I.C.C. e Tecnologia;
- 17/03/80 – Com o Dr. Guilherme Afif Domingos – Secretário da Agricultura e Abastecimento, que contou com a presença do Dr. Antonio Henrique da Cunha Bueno, Secretário de Cultura;
- 31/03/80 – Com o Dr. Rubens Vaz da Costa – Secretário de Economia e Planejamento, quando lhes foi entregue o MEMORIAL abaixo e solicitada a colaboração dessas autoridades na implantação do ingresso e acesso, na carreira do Pesquisador Científico.

Memorial

A Associação dos Pesquisadores Científicos do Estado através de sua Diretoria recém empossada para o biênio 1980-1981, cumprindo dispositivos estatutários que determinam o desenvolvimento de atividades na defesa da pesquisa científica e tecnológica e de todos os pesquisadores científicos abrangidos pela Lei Complementar nº 125 de 18 de novembro de 1975 e leis correlatas, assim como propor medidas para a política da ciência e tecnologia do Estado e do País, pede vênias para expor:

Histórico

Os Institutos de Pesquisa subordinados às Secretarias de Estado foram criados para estudar os problemas que afetavam o desenvolvimento industrial, agrícola e sanitário do Estado.

O Instituto Agrônomo foi criado em 1829 para construir o embasamento tecnológico da nossa incipiente e empírica agricultura. O Instituto Biológico, posteriormente, nasceu da necessidade de pesquisar a etiologia e o controle das pragas e moléstias de nossas principais

culturas e animais de exploração econômica. Da mesma forma criaram-se os Institutos de Tecnologia de Alimentos, Instituto de Zootecnia, Instituto Florestal, Instituto de Pesca, Instituto Geológico e Cartográfico e o Instituto de Economia Agrícola.

Na área da saúde pública, sob a inspiração de uma escola de renomados sanitaristas, à frente dos quais avulta a figura de Oswaldo Cruz, surgiu o Instituto Bacteriológico, depois Instituto Adolfo Lutz. O Cientista Vital Brasil, colocando a ciência e a pesquisa na primeira linha de defesa da saúde e da população, criou o, hoje internacionalmente famoso, Instituto Butantã, depois vieram os Institutos de Saúde, Instituto Pasteur, Instituto de Cardiologia, e a Superintendência de Controle de Endemias.

A ciência e a pesquisa foram em São Paulo, primeiro desenvolvidas nos seus Institutos, alguns dos quais já apresentavam uma longa tradição de trabalho quando a Universidade de São Paulo se tornou uma realidade, em 1934, e reconhecendo a importância de seus trabalhos, foram os Institutos de Pesquisa declarados pelo Governo, órgãos complementares, na própria lei de criação da Universidade de São Paulo.

Em razão das próprias origens e das circunstâncias de sua evolução histórica, cristalizaram-se, com o tempo, dois ambientes de ciência e tecnologia, complementares e integrados: os Institutos de Pesquisa e as Universidades. De um lado apresentam pontos fundamentais em comum, quais sejam a natureza e a metodologia do trabalho de pesquisa: os aspectos relacionados à formação da mentalidade científica e às exigências de lastro técnico-científico para que o pesquisador desenvolva suas atividades. De outro lado, têm responsabilidades e campos de atração específicos e, nessa atuação, se complementam no atendimento das demandas e necessidades da comunidade. Os dois ambientes de ciência e tecnologia, portanto, são complementares por lei e de fato.

Entretanto, apesar de toda a sua tradição de trabalho, da participação ativa no desenvolvimento sócio-econômico e na defesa da saúde da comunidade, os Institutos de Pesquisa, a partir de 1962, passam a ser desprestigiados pelo próprio Estado, com rompimento da equivalência da política salarial para os pesquisadores dos dois ambientes, Institutos e Universidade, equidade que foi restabelecida pela Lei Complementar